

✓

Qual o papel da pontuação na representação escrita da língua?*

Ana Maria Nápoles Villela**

Resumo

Neste artigo, faço uma revisão crítica histórico-teórica dos estudos sobre a pontuação, procurando mostrar as hipóteses da origem de cada um dos sinais, a evolução dos aspectos arbitrários e assistemáticos até a sua consolidação, depois do advento da imprensa. Num segundo momento, apresento uma pesquisa feita em gramáticas tradicionalmente conceituadas, escritas a partir do século XVI. Por último, abordo os estudos atuais sobre o assunto.

Palavras-chave: Linguagem; Escrita; Pontuação; Segmentação; Interação.

É do conhecimento daqueles que se interessam por fatos lingüísticos que o mesmo objeto pode ser concebido de maneiras diversas conforme a perspectiva teórica adotada pelo estudioso. Para responder a pergunta-título deste trabalho proponho uma avaliação do tema de acordo com a orientação teórica de linguagem (expressão do pensamento, instrumento de comunicação ou forma de interação social) e de escrita (código de transcrição da fala ou sistema de representação) adotada pelos autores mais representativos desde o surgimento dos sinais desse sistema da modalidade escrita da língua. Essa tarefa requer uma análise do assunto sob o ponto de vista dos historiadores, dos gramáticos tradicionais e dos lingüistas atuais.

* Parte deste trabalho é uma condensação do capítulo 2, de VILLELA, 1998.

** Cefet - MG.

DO PONTO DE VISTA HISTÓRICO

Como e quando surgiram os sinais de pontuação?

Halliday (1990, p. 32), ao tratar da evolução do sistema de pontuação, conta que, no princípio, a escrita grega era uma fileira de letras sem espaços e sem pontuação, mas os gregos já separavam as frases, escrevendo-as uma em cada linha. Durante séculos, surgiram inovações, até se chegar à forma de escrita atual: (1) padroniza-se a direção da linha escrita – os gregos adotam uma sucessão da esquerda para a direita e os fenícios optam pela sucessão inversa; (2) introduzem-se os espaços entre as palavras; (3) introduz-se o ponto para marcar o final das sentenças; (4) distinguem-se as letras maiúsculas e minúsculas; (5) introduzem-se símbolos especiais para indicar ligações (hífen) – intercalações e omissões (parênteses); (6) surgem outras marcas de pontuação mais detalhadas: vírgula, dois-pontos, ponto-e-vírgula e travessão; (7) introduzem-se símbolos especiais: marcas de citação, interrogação e exclamação.

Para Houaiss (1967), “a história da pontuação no mundo ocidental revela uma lenta conquista” (p. 90). Tomando por base o sânscrito, o autor destaca três estágios dessa história. Num primeiro, após um longo período em que as palavras eram ligadas umas às outras, os vocábulos são separados por um ponto colocado na linha, no meio ou acima do final do vocábulo “até que, em lugar do ponto em apreço, apareça pura e simplesmente uma grande conquista – o espaço branco funcional”. No segundo, usa-se novamente o “ponto em altura variável” para separar o que corresponde “grosso modo à noção atual de parágrafo”. O último estágio “é o dos gramáticos, filólogos, glosadores alexandrinos que principiaram a intercalar signos de pausa respiratória, numa aproximação do débito declamatório do texto, se lido (...)”.

Nascentes (1967, p. 33-34) diz que as palavras aparecem aglutinadas umas às outras num dos mais antigos documentos escritos: uma inscrição grega feita em Abu-Simbel no século VII a.C. A partir do século IX, a acentuação gráfica e a pontuação foram postas em prática, embora no século XIII ainda apareçam manuscritos sem elas, que entram plenamente em uso somente no século XVII. Por outro lado, Ribeiro (1938, p. 479) ressalva que apenas os manuscritos posteriores ao século XII apresentam intervalos em branco entre as palavras.

Conforme Passos (1955, p. 21-22), o ponto (*colon*) foi o primeiro sinal a ser usado e era empregado em cima, no meio e no fim da linha. Mais tarde, apareceu a vírgula (*comma*), que indicava a mesma pausa, mas com menor intensidade, inclusive no fim da linha. Depois surgiram os dois-pontos e o ponto-e-vírgula. Segundo esse autor, foi Aristófanes de Bizâncio, no século II a.C., quem primeiro

pontuou seus manuscritos. Ele distinguiu os diferentes membros do discurso através de três sinais: “o ponto perfeito”, colocado na extremidade posterior da última palavra, servia para indicar a conclusão do sentido; “o ponto”, colocado na extremidade inferior da última letra da palavra, indicava a suspensão de uma frase e “o ponto médio”, colocado em meia altura da última letra, indicava um sentido ligeiramente suspenso. Essas anotações correspondiam aos nossos “ponto, dois-pontos e vírgula”. Diz, ainda, que, nos séculos V e VI, os textos dos Evangelhos não apresentavam nem ponto, nem vírgulas e que a separação de palavras é mais freqüente no século VII, no que concorda com Nascentes (1967, p. 24). No século IX, o ponto já é utilizado como sinal de pontuação. Os copistas, seguindo o sistema de Aristófanes de Bizâncio, utilizam o ponto em três situações diferentes: colocado abaixo da última palavra de membro de frase, o que equivale à vírgula; colocado no meio, o que equivale a dois pontos; e posto ao alto designa o ponto perfeito, ou o fim do sentido. No século XII, o ponto e a vírgula marcam “todas as distinções dos diversos membros do discurso” (PASSOS, 1955, p. 25).

Com a preponderância dos textos impressos, a escrita sofre influências dos revisores, nas editoras, provocando problemas de interpretação do mesmo texto e dúvidas quanto à pontuação original do autor. Por essa razão, Halliday (1990, p. 37) mostra que os documentos legais antigos eram registrados com a pontuação reduzida ao mínimo, pois o uso dos sinais era bastante instável e, além do mais, podiam ser omitidos, ou fraudulentamente riscados ou inseridos nas cópias. Essa possibilidade de fraude é confirmada por Pe. Antônio Vieira (*apud* BELTRÃO, 1976, p. 26) para quem, na falsificação de uma escritura, não é necessário mudar nomes, palavras, cifras ou letras, basta mudar um ponto ou uma vírgula.

Na realidade, o sistema de pontuação se disseminou com a invenção da Imprensa. De acordo com Rocha (1997), a partir dessa época, a pontuação, originalmente utilizada nos textos sagrados sob forma de “indicadores para respirar” na leitura em voz alta”, generaliza-se como “um sistema verdadeiramente dentro do âmbito da escrita”.

A passagem do manuscrito para a imprensa constituiu uma revolução tecnológica sem precedentes na história da humanidade. A descoberta da composição e da impressão com caracteres móveis provocou a estandardização do texto escrito e a massificação da leitura visual. E com elas veio a imposição do uso de signos de pontuação de domínio público. O advento da imprensa trouxe consigo caracteres e marcas inequívocas da pontuação, fazendo aparecer, de forma explícita, uma série de funções até então ao arbítrio dos escribas e pedagogos. Agora não era mais possível ignorar a pontuação, pois que havia uma marca de espaço programada no aparato para imprimir o texto. (ROCHA, 1997, p. 91-92)

Com o estabelecimento da imprensa, os sinais de pontuação passaram a ser cunhados em metal, o que demonstra a necessidade deles na impressão do texto.

A sistematização da pontuação atual, com exceção de um ou outro sinal, deve-se aos Manucio, de Veneza, avô, filho e neto, que eram impressores e literatos. Para Brandão (1963, p. 693) a pontuação propriamente dita surgiu a partir do século III a.C. e Aristófanos de Bizâncio, gramático e crítico da época de Alexandria, foi o primeiro a pontuar os manuscritos. Essa omissão causava confusões e equívocos a leitores e copistas. Mas nem todos os gramáticos adotaram o sistema de Aristófanos. Os escribas, em geral, não pontuavam suas cópias. O emprego e as formas das notações de pontuação também eram diferentes: o ponto tinha duplo valor, o seu próprio e o da vírgula. Somente a partir do século VIII d.C. aparecem tais notações, que variaram, nos séculos posteriores, tanto no feitiço, quanto no emprego.

Também Cunha (1971) apresenta alguns fatos históricos extraídos de uma gramática, publicada em 1960 pelos franceses G. Galichet e L. Chatelain:

Os primeiros sinais de pontuação aparecem nos manuscritos, muito irregularmente, entre os séculos IX e XVI. É a partir desses últimos séculos, depois, portanto, da invenção da Imprensa, que nosso sistema moderno de pontuação começa a fixar-se e a desenvolver-se. Compreendia então a vírgula, o ponto, os dois pontos e o ponto de interrogação; um pouco mais tarde aparecem as aspas e o hífen.¹ No século XVII, são introduzidos o ponto e vírgula e o ponto de exclamação. O uso das reticências data de fins do século XVIII; o do travessão e dos colchetes, do século XIX. (p. 438)

Cintra & Leite (1953, p. 159) tratam da etimologia de alguns sinais de pontuação. **Ponto** significa “ato de picar” ou “picadela”. Em latim, *punctum* relaciona-se com o verbo *pūngere*: picar, espicaçar, furar com uma ponta aguçada. **Vírgula** quer dizer “varazinha”, pois é diminutivo de *virga*: vara. **Reticências** significam silêncio, porque *reticere*, em latim, quer dizer calar. Essa notação é um artifício de estilo que consiste em interromper a frase subitamente. As **aspas** (‘guillemets’, em francês) foram criadas pelo impressor Guillaume.

Quanto aos sinais ? e !, Nascentes (1967, p. 35) conta que foram introduzidos na Idade Média. O ponto de interrogação era uma abreviatura da palavra latina “Quaestio” (pergunta). A parte de cima é a primeira letra e o ponto inferior, a última letra. O ponto de exclamação é a palavra latina *Io*, do grego *Io*, grito de alegria das bacantes. Por sua vez, Passos (1955, p. 25) diz que o sinal de ponto-e-vírgula foi empregado para indicar a interrogação e que o emprego desse sinal, no final das frases interrogativas, ocorreu no século IX. Sinais de pontuação que são considerados mais recentes, como as reticências e o travessão, já constam da Ortografia (1576) de Duarte Nunes de Leão (*apud* NASCENTES, 1967, p. 34).

¹ O hífen não é considerado sinal de pontuação pela Nomenclatura Gramatical Brasileira – NGB.

Assim, a partir dessa retrospectiva, pode-se observar que os autores divergem quanto a questões históricas da pontuação.

Quais são os sinais de pontuação e como se classificam?

Essa investigação inicia-se junto aos primeiros gramáticos da língua portuguesa, a partir do século XVI. João Barros (*apud* NASCENTES, 1967, p. 34), que chama esses sinais de notações sintáticas, distingue a coma (:), o cólo (.), as vergas ou zeburas (,), o parêntesis e a interrogaçám.

Soares Barbosa (1875, p. 59) já não usa mais as designações tradicionais de cólon e coma, e apresenta uma concepção ampla de pontuação, pois nela inclui o espaço em branco ou intervalo separador de palavras e a acentuação gráfica. O autor concebe a pontuação como um sistema de sinais gráficos auxiliares da cadeia de sinais grafemáticos e entre eles inclui os espaços entre as palavras e os acentos agudo, grave e circunflexo.

Ribeiro (1938) fala de três classes de notações sintáticas:

(...) uma constituída pelos signaes próprios da pontuação, e que determinam as divisões da parte do discurso: a vírgula, o ponto e vírgula, os dous pontos, o ponto e a alínea. A segunda classe abrange os signaes que exprimem a commoção ou um movimento d'alma, e são os pontos de reticência, o ponto interrogativo e o exclamativo. A terceira classe é constituída por signaes destinados à clareza dos manuscritos: taes são o hyphen, as aspas, o parenthese, o grypho, etc. (p. 472)

Esse autor diz que os sinais de primeira classe “correspondem na leitura a repousos progressivamente mais demorados”. Para Goes (1942) as notações dividem-se em três:

- (a) as subjetivas, que denotam impressões psíquicas ou individuais correspondentes a movimentos volitivos (o ponto de admiração, de interrogação e as reticências);
- (b) as objetivas, que dizem respeito à compreensão do assunto (vírgula, ponto e vírgula, dois pontos e ponto-final);
- (c) as subsidiárias distintivas ou denotativas, que ajudam em segundo plano, mas eficazmente (os parênteses, as aspas, o travessão, o hífen ou traço de união, o parágrafo ou alínea, a chave). (p. 262)

Confrontando esses dois últimos autores, depreende-se que classificam os sinais de pontuação do mesmo modo: aos sinais da primeira classe, segundo Ribeiro, correspondem as notações objetivas de Goes; aos sinais de segunda classe correspondem as notações subjetivas e aos de terceira classe correspondem as notações subsidiárias distintivas ou denotativas. Ambos reconhecem na pontuação uma função lógico-gramatical e uma função prosódica e vêem a linguagem como uma expressão do pensamento.

Rocha Lima (1984, p. 422) é um dos gramáticos que não define a pontuação. Como os outros dois anteriores, também divide os sinais de pontuação em três espécies de pausas: “(1) que não quebra a continuidade do discurso (...); (2) que indica o término do discurso ou parte dele (...); (3) que serve para frisar uma intenção ou estado emotivo (...)”. O autor pressupõe a escrita como um sistema de transposição da fala, pois afirma que as pausas rítmicas são assinaladas na pronúncia por entoações e na escrita por sinais especiais. Ele subordina a pontuação à melodia da fala e às pausas respiratórias mais nítidas.

De acordo com a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB, 1959), são treze os sinais de pontuação: aspas, asteriscos, colchetes, dois-pontos, parágrafo, parênteses, ponto-de-exclamação, ponto-de-interrogação, ponto-e-vírgula, ponto-final, reticências, travessão e vírgula. Beltrão, (1976, p. 15), além dos treze sinais relacionados na NGB, considera, também, o pontilhado, a sublinha, a barra e a chave. Rangel (1983, p. 6) tem uma concepção mais ampla de pontuação, pois nela inclui o uso de maiúsculas, negritas, versaletes, itálicos e sublinhas, sinais de valor expressivo muito empregados para marcar ou “pontear” a leitura. O autor lembra que alguns escritores utilizam o hífen “para modificar sugestivamente o sentido de um conjunto de palavras que, separadas, ainda que justapostas, não expressariam aquela unidade fono-semântica”.

Como se viu, mesmo a respeito de questões elementares como número e espécies de sinais, as opiniões desses estudiosos são divergentes.

Em que se baseiam os gramáticos para formularem as regras de pontuação?

Para o gramático Brandão (1963), a divergência entre autores e gramáticos “não elimina, antes impõe a necessidade de se formularem preceitos firmes e uniformes, ao menos em certos casos, tendentes a disciplinar o uso correto dos sinais gráficos denotadores das pausas e outras modalidades do discurso”. O autor propõe a formulação de um conjunto de novas regras estáveis, que devem

(...) levar em conta certos fatores extra-sintáticos: o ritmo, a extensão dos elementos fraseais, a sua colocação no período, o intuito de se realçarem alguns deles –, dependentes em geral do temperamento e das condições psíquicas do escritor, ao lançar no papel o seu pensamento, das suas instituições, das suas tendências mentais. (p. 693-694)

O problema é, então, muito complexo, pois todos esses fatores podem influir no modo de pontuar. Como falar em “preceitos firmes e uniformes” a respeito de uma questão tão suscetível a influências pessoais e ao estado de alma do usuário da língua? Continuando o pensamento do referido estudioso, “impõe-se, em vista disso, a necessidade de se prescreverem umas tantas regras de pontua-

ção deduzidas da lição e do uso mais corrente entre os escritores de maior renome e autoridade”. Para exemplificar, o autor (cf. BRANDÃO, 1963, p. 694) adota “a praxe mais seguida dos escritores genuinamente vernáculos, pois é nos seus escritos que se reflete, com maior fidelidade, a verdadeira índole da língua culta”.

Já Cunha (1971, p. 420) baseia-se na prática dos escritores modernos e contemporâneos. Segundo ele, exemplificar com autores mais antigos é desaconselhável porque se arrisca a dar uma falsa impressão da realidade, pois as obras dos autores clássicos muitas vezes não são publicadas na forma original. De um modo geral, esses textos vêm, quase sempre, simplificados na ortografia e modernizados na pontuação. É importante lembrar que, nas gramáticas e livros didáticos mais atuais, os autores têm extraído exemplos de jornais e revistas de maior circulação.

DO PONTO DE VISTA DA GRAMÁTICA TRADICIONAL

A pesquisa em gramáticas conceituadas, escritas a partir do século XVI, revelou ser a pontuação um conceito de difícil formulação. Em geral, os gramáticos preferem explicitar suas funções a defini-la. Embora todos concordem ser esse um fenômeno exclusivo da língua escrita, a maioria dos autores acaba relacionando-a à prosódia. Para esses, a pontuação marca as pausas, as inflexões da voz, o ritmo, a entoação, a melodia. Todavia alguns deles a relacionam, sobretudo, com a sintaxe e a semântica e dão-lhe as funções de demarcar os membros da frase e de estabelecer o sentido desejado pelo autor, enquanto outros insistem no seu papel de orientadora de leitura. Há também aqueles que a vêem como uma questão de estilística. Diante disso, pode-se falar da adoção de quatro critérios: os que a relacionam com a oralidade, com os aspectos sintático-semânticos do texto escrito, com a leitura e com a estilística. Ou melhor, pode-se falar em cinco critérios, pois grande parte dos autores pesquisados vêem a pontuação sob duas ou mais dessas perspectivas.

Pontuação e reconstituição da oralidade

Ribeiro (1955) conceitua a pontuação como “a arte de indicar por meio de certos sinais convencionais a proporção das pausas que faz quem falla ou lê” (p. 705). Considera esse sistema como simples reprodução de um traço da manifestação oral da língua.

Torres (1981) relaciona a pontuação com as pausas: “pontuação é o emprego de sinais convencionais, geralmente para indicar na escrita as diferentes pausas

ou inflexão de voz que devem ser observadas por quem fala ou lê” (p. 240). Brândão (1963) também o faz:

O ponto-final assinala a pausa mais longa. Os dois pontos marcam pausa menor do que a do ponto-final e servem geralmente para chamar a atenção do leitor para a frase ou as frases seguintes. A vírgula indica pausa mais breve que a das outras e se emprega mais amplamente que elas. (p. 695)

Esses três últimos gramáticos não estabelecem distinção entre o processo da fala e o processo da leitura. Dão-nos a impressão de que ler é falar o texto escrito.

De acordo com Said Ali (1964), “pontuação é o emprego dos sinais gráficos que se colocam entre as orações e as partes da oração para indicar pausas de diversas espécies, ou para denotar mudanças de tonalidade ou simplesmente chamar atenção” (p. 228).

Athanasio & Poças (s/d) começam a tratar do assunto dizendo que “a língua escrita é a expressão gráfica da língua falada” (p. 15). Os recursos rítmicos da fala (entoação da voz, pausas, ritmo) “se transformam em sinais gráficos” que favorecem a clareza da expressão e facilitam a leitura. Elas praticamente retomam a definição anterior: “pontuação é, portanto, a utilização de sinais gráficos para exprimir pausas (breves ou mais longas), para denotar mudança de tonalidade ou simplesmente para chamar atenção”.

As autoras acima, da mesma forma que Said Ali, têm uma visão de escrita como transcrição da fala e relacionam explicitamente os sinais de pontuação às pausas da realização oral da língua. Esses autores consideram a linguagem como espelho do pensamento.

Para Luft (1979), trata-se de um “sistema de sinais com que se representam os fonemas supra-segmentais, principalmente as pausas” (p. 181). Esse gramático deixa transparecer, a princípio, a visão de escrita como representação da fala, mas demonstra, em seguida, ter uma posição tradicional de transposição da oralidade. Dos autores até então analisados, Cunha (1971) é o primeiro a revelar uma concepção de escrita como representação da fala, ao postular que “a língua escrita não dispõe dos inumeráveis recursos rítmicos e melódicos da língua falada. Para suprir essa carência, ou melhor, para reconstituir aproximadamente o movimento vivo da elocução oral, serve-se da pontuação” (p. 420; grifo da autora).

Alguns gramáticos têm o cuidado de descrever as entoações específicas dos sinais de pontuação. Bergo (1952, p. 100) diz que a vírgula é “notação sintática com que se indica ligeira pausa na oração. Em geral o vocábulo seguido de vírgula é proferido em voz mais alta, a partir da sílaba tônica, excetuada a última palavra do vocativo”. Para Kury (1982), “na tentativa de reproduzir as pausas, as cadências, o ritmo, a entoação da linguagem falada, utiliza a escrita certos SINAIS DE PONTUAÇÃO”. O autor detalha a entoação dos mais empregados:

A VÍRGULA assinala pausa ligeira, com o tom de voz geralmente em suspenso, ou mesmo nitidamente ascendente (p. 65). O PONTO-E-VÍRGULA assinala uma pausa mais sensível que a vírgula, e com entoação descendente (p. 72). Os DOIS-PONTOS assinalam uma pausa suspensiva da voz, mais forte que a da vírgula, a indicar, em princípio, que a frase não está concluída (p. 73). O PONTO assinala a maior pausa da voz, com forte entoação descendente (p. 74). O PONTO-DE-INTERROGAÇÃO assinala o tom de voz de uma interrogação direta. A interrogação indireta, que se faz em tom de voz descendente não deve terminar em ponto-de-interrogação (p. 75). O PONTO-DE-EXCLAMAÇÃO se usa no fim da frase exclamativa, cujo tom de voz varia bastante conforme o contexto (p. 75). Os PARÊNTESES (...) se proferem, de regra, em tom de voz mais baixo (p. 79). (p. 65)

Para esses gramáticos, o sistema de pontuação serve para reproduzir, na língua escrita, elementos da língua oral como pausa, entoação e intensidade. Todos têm a mesma concepção de escrita: reprodução da fala; e mesma concepção de linguagem: expressão do pensamento.

Pontuação e aspectos sintático-semânticos da frase

Outros gramáticos defendem que o papel dos sinais de pontuação é participar da organização lógica do texto escrito, assim como que as pausas, entoações e melodias participam da organização lógica dos textos falados e que, para usá-los corretamente, deve-se partir da organização sintática e semântica do texto escrito e não das pausas e melodias na realização oral da língua.

Ao tratar do assunto, Almeida (1983) retoma de Júlio Ribeiro a definição, que considera ótima: “pontuação é a arte de dividir por meio de sinais gráficos, as partes do discurso que não têm entre si ligação íntima e de mostrar de modo claro as relações que existem entre essas partes”. Por essa definição, presume-se a existência de regras a serem seguidas para que a linguagem reflita a organização lógica do pensamento. A seguir, o autor observa:

- 1) Note bem o aluno na definição os dizeres “... dividir... partes do discurso que não têm entre si ligação íntima”; ora, têm ligação íntima entre si os termos da oração: o sujeito com verbo, o verbo com seu complemento; entre o sujeito e o verbo, como entre este e seu complemento não pode, pois, haver vírgula. (p. 570)

O autor ressalta também que a maioria dos gramáticos relaciona a pontuação à respiração, mas prefere a definição de Júlio Ribeiro, exatamente por não adotar tal critério, que considera muito falho e passível de muitos erros.

Passos (1955, p. 13) considera a pontuação um dos fatos mais interessantes da linguagem. Segundo ele, “a pontuação destina-se a dar, imediatamente, ao leitor, a ordem lógica do pensamento. De outro modo, sem a pontuação, teria o leitor de reler e tresler, às vezes, para compreender o sentido da frase. E lá se iria o

contexto geral do escrito”. O autor relaciona, então, pontuação à sintaxe da frase, mas logo adiante diz que “não há frase sem pontuação, ainda que ela venha oculta, porque a respiração obriga” e estabelece claramente uma relação com a fala. Isso é comprovado pela definição do autor: “pontuação é o emprego convencionalizado de sinais que regulam as pausas do discurso pensado e escrito”.

É interessante observar que esses gramáticos fazem referência à estrutura da língua escrita e vêem na pontuação o papel de demarcar a relação entre as partes do discurso, frase ou oração, termos empregados como sinônimos. Concebem a linguagem com reflexo do pensamento.

Pontuação e leitura

Alguns autores continuam a estabelecer uma relação estreita entre a escrita e a leitura e, em conseqüência, entre a pontuação e a leitura, principalmente a oral, postulando que a função da pontuação é orientá-la e, assim, promover a compreensão do texto. É interessante lembrar que, quando a escrita era um privilégio de poucos e os textos eram lidos, os primeiros sinais de pontuação eram símbolos de pausa respiratória na leitura em voz alta. Em Cunha (1971, p. 438), há um conselho de Galichet e Chatelain para bem pontuar: “para saber onde se deve colocar os sinais de pontuação, habitue-se a ouvir a melodia da frase que escreve e, quando hesitar, leia a frase em voz alta: as pausas que será obrigado a observar e as mudanças de entoação lhe indicarão a escolha e o lugar dos sinais que nela terá de introduzir”.

Chacon (1996, p. 166) menciona, a respeito da construção de sentido também como atividade de leitura, a observação de Bueno de que “os sinais de pontuação eram colocados depois do manuscrito pronto, por um revisor e nos primeiros tempos nunca foram usados”. Isso quer dizer que a atividade da pontuação era desenvolvida como um produto de leitura, pois era feita por um leitor que não era o próprio produtor, o que atribuía a essa atividade uma natureza essencialmente interpretativa.

Pontuação e estilística

Há ainda aqueles gramáticos que acreditam que o sistema de pontuação, além de ater-se a razões fono-sintáticas, prende-se a razões estilísticas. Para Cunha (1971), “pontuar é sinalizar gramatical e expressivamente um texto” (p. 438). Rangel (1983) afirma que “a pontuação atinge a estilística exatamente quando, além de levar à compreensão, tenta transmitir as emoções, as paixões e o envolvimento afetivo do escritor-emissor da mensagem” (p. 6). Pode-se inferir que esse último tem uma visão de linguagem como espelho e instrumento de comunicação.

Pontuação sob várias perspectivas

O sistema de pontuação proposto por Duarte Nunes de Leão em 1576 (*apud* NASCENTES, 1967, p. 35) é, de certa maneira, o vigente até hoje. Segundo o autor, naquele tempo, usavam-se “no partir e dividir as cláusulas, assim na escritura de mão, como na estampa”, três sinais: vírgula, coma, colôn. O autor adota igualmente o critério prosódico e o sintático e a propósito dos dois pontos menciona a função enunciativa da pontuação, como no caso das citações, quando afirma que a coma “se põe sempre para a sentença suspensa e não acabada ou quando fazemos referência a palavra de outrem, ou quando convertemos as palavras em alguém”. Pode-se concluir que o uso do ponto-e-vírgula era recente em sua época: “de outro ponto usão agora alguns modernos, que consta de hum colon, na parte superior, & hua vírgula na inferior assi;”.

Para Soares Barbosa (1853, p. 59), “a pontuação é a arte de distinguir na escriptura, com certas notas, as diferentes partes e membros da oração, e a subordinação de uns e outros, a fim de mostrar a quem lê as pausas menores e maiores que deve fazer, e o tom e inflexão da voz com que as deve pronunciar”. O autor afirma que não se pode “perceber bem e executar regras da pontuação” sem conhecer a estrutura sintática da língua. Como se vê, o critério sintático-semântico preside o critério prosódico. É interessante observar que, para o autor, a extensão da frase determina o tipo de pontuação, pois chega a recomendar o uso de sinais no início e no fim, “quando a frase interrogativa ou exclamativa é alguma coisa comprida para se poder abranger toda a uma vista d’olhos” (p. 60).

Os gramáticos citados a seguir também se prendem à sintaxe e à semântica e aos aspectos prosódicos ao considerar esse assunto. Bergo (1952) mostra que:

Servimo-nos de sinais próprios para separar, na escrita, partes da oração ou do discurso que não tenham entre si relação íntima, ou que devam ser postas em relevo, segundo o sentido que encerram. São os sinais de pontuação. A eles correspondem, na leitura ou na fala, pausas ou entoações especiais, mutáveis em alguns casos segundo circunstâncias também especiais. (p. 298)

Como Soares Barbosa, esse autor analisa a pontuação sob a perspectiva da oralidade, da escrita e da leitura. As “pausas ou entoações especiais servem” para marcar as relações sintáticas do enunciado. Goes (1942) leva em consideração critérios prosódicos e sintático-semânticos, ao conceituar pontuação como “o emprego racional de sinais convencionais (denominados sinais de pontuação ou notações sintáticas) especialmente para: a – separar as partes de discursos, das outras; b – marcar as diversas pausas e inflexões da voz; c – aclarar pensamento e elucidar o sentido” (p. 262). Os autores em questão têm ainda a mesma concep-

ção de linguagem e de escrita. A primeira é considerada uma expressão do pensamento e a segunda, uma transposição da fala.

Para Melo (1970, p. 380), a pontuação “é direta consequência da sintaxe de ordem e a ela pertence”. Melo observa que, apesar desse enquadramento gramatical, “a pontuação é muito mais um problema de Estilística do que de Gramática”, mas, incoerentemente, utiliza apenas critérios prosódicos e sintáticos ao afirmar que os sinais de pontuação “servem para marcar as pausas do discurso, algumas entonações, certas mudanças de ritmo ou de altura e para deixar claros os relacionamentos sintáticos”.

Três razões fundamentais são apresentadas por Moisés (1967) para o uso dos sinais de pontuação: fisiológicas, lógicas e afetivas, que não se apresentam isoladas, porque, ao pontuar, as três agem simultaneamente. Quanto às razões fisiológicas, diz que “os sinais de pontuação indicam as pausas e as alterações sofridas pela continuidade do pensamento, a fim de que o leitor saiba quando é preciso fazer pausa, mudar a entoação, etc.”. Dessa definição, pode-se inferir que o autor refere-se a exigências fisiológicas da fala para justificar o emprego desses sinais. Ele faz referência à “continuidade do pensamento”, que se pode interpretar como expressão de uma informação escrita relacionada à pronúncia, um traço da linguagem oral. Referindo-se às razões lógicas, postula que

nosso pensamento se constrói segundo uma ordem lógica, isto é, em que os argumentos se vão acrescentando até permitir a conclusão que pretendemos considerar indefensável. Por isso vamos escrevendo, ou falando, de acordo com a preocupação de nos fazer claros e convencer a quem nos lê ou escuta. (MOISÉS, 1967, p. 74-75)

Essa observação sugere uma função argumentativa para a pontuação, uma vez que esses sinais da escrita auxiliam na expressão de pensamentos claros e convincentes. Na sua concepção de linguagem como forma de comunicação, a pontuação atua como auxiliar na decodificação da informação. O autor estabelece uma relação íntima entre a escrita e a leitura, em que a pontuação funciona como uma ajuda ao leitor para decifrar a intenção do autor.

Embora esses autores relacionem a pontuação com a sintaxe e a semântica, insistem na sua utilidade para reproduzir elementos da língua oral e para a expressividade do produtor do texto. É interessante observar que os três últimos gramáticos não fazem referência à escrita.

Do ponto de vista dos estudos atuais

Borges (1986, p. 1) considera a pontuação “fator de clareza, de inteligibilidade do texto e sujeita a grande variação, em decorrência do valor afetivo das pausas e das modificações diacrônicas dos usos da língua”. Já Rodrigues (1993) pretende

demonstrar as discrepâncias entre o discurso oral e o escrito com as evidências de que as pausas no discurso oral são determinadas por fatores como o planejamento, a execução e a monitoria, enquanto a pontuação é determinada fundamentalmente por critérios sintáticos e textuais escritos. Portanto, o redator terá de desenvolver sua capacidade metalingüística para poder escrever, aplicando conhecimentos de sintaxe à pontuação. (p. 3)

Essa autora vê a pontuação como um índice de ordenação da linguagem, utilizada a fim de assegurar a eficiência comunicativa, uma vez que, no texto escrito, há a necessidade de se explicitar mais as mensagens e, dependendo do gênero, verbalizar o contexto extralingüístico. Para ela, “saber pontuar tem por base os conhecimentos metalingüísticos sobre a sintaxe de superfície”. Ela diz também que “o texto escrito deve ser transparente e conter todas as informações de que o futuro leitor necessita para a compreensão”. Ressalta, ainda, que o texto escrito deve ser auto-referenciado, para suprir as pistas extralingüísticas contextualizadoras da língua oral. Entre essas poucas pistas ela inclui a pontuação, “utilizada como recurso para representar, embora imperfeitamente, aspectos prosódicos e demarcar fronteiras sintático-semântico-textuais”.

Scliar-Cabral e Rodrigues (1994, p. 65) defendem uma posição oposta à da maioria dos gramáticos tradicionais. Para as autoras, a escrita tem como função predominante o registro dos processos de pensamento, pois dizem que “a principal função da pontuação é ajudar o redator a ordenar as idéias de forma coesa e coerente e, no caso do leitor, possibilitar o rastreamento desta ordenação”. Enquanto na produção da fala, a partir de uma intencionalidade, traduz-se o pensamento em estruturas lingüísticas, para executá-las em gestos pelo aparelho fonador, voltados para um destinatário presente e, por isso, passível de retroalimentação, a escrita caracteriza-se pela permanência devido à ruptura do elo espaço-temporal entre redator e leitor. Quanto à concepção de escrita subjacente, surge como representação da fala, uma vez que, para elas, uma das funções da pontuação é assinalar linhas melódicas “de forma lacunar e imperfeita”.

Poersch & Muneroli (1993, p. 10) acreditam que os leitores se beneficiam de todas as pistas inseridas pelo autor para a exata compreensão do texto. Para eles, “os sinais de pontuação funcionam como trilhas que conduzem o leitor ao verdadeiro sentido; a função primária da pontuação é guiar leituras”. Insistem em que “a compreensão também é favorecida por uma conscientização do significado que os diversos sinais de pontuação representam na construção do sentido”. Esses autores baseiam-se em duas premissas: (i) há uma conexão entre leitura e escrita; (ii) na interpretação das pistas inseridas pelo autor há um ato de interação lingüística, ou seja, “escritor-leitor devem estabelecer entre si certas convenções”. Consideram a linguagem numa perspectiva interativa e concebem a escrita como transposição do oral. Ao tratar das funções dos sinais de pontuação, já

revelam uma concepção de linguagem interativa ao afirmarem que a compreensão da leitura constitui

um processo ativo de comunicação que leva o leitor a construir, intencionalmente, em sua própria mente, a partir da percepção de signos gráficos e da ajuda de dados não visuais, uma substância de conteúdo equivalente àquela que o autor quis expressar, através de uma mensagem verbal escrita. (POERSCH & MUNEROLI, 1993, p. 11)

Na leitura, a construção do sentido se dá com base em dados explícitos, implícitos e metaplícitos. A compreensão constitui o fim imanente do ato de ler, mas esse está integrado “por diversas atividades fisiopsicológicas, dentre as quais se destacam a recodificação, a decodificação e a interpretação” (p. 11).

Smith (1993, p. 54-56) também encara pontuação como um fator importante de ligação entre leitor e escritor e propõe que a leitura oral de um texto seja entendida como instrumento que possibilite aflorar essa relação “pelas implicações prosódicas que a pontuação traz”. Considera, ainda, que “a consciência da relação entre a leitura e a escrita, intermediada pelos sinais de pontuação e explicitada na leitura em voz alta”, pode ajudar o indivíduo a pontuar o texto de forma mais adequada. Criticando o tratamento da pontuação nos limites do período, a autora diz que “a pontuação enquanto sistema, e cada sinal em particular, têm de ser analisados no espaço que é a razão e a consequência de sua existência – o texto”. Ela argumenta que, atualmente, considera-se ler e escrever como processos dinâmicos de construção de significados. A escrita tem assumido novas dimensões, pois o leitor não é mais visto como um receptor passivo e nem o texto como um produto acabado. Em sentido lato, “é função da pontuação indicar leituras, orientar o leitor, dar-lhe subsídios para uma busca mais confortável dos significados”. Daí se pode inferir que a autora trabalha sob uma concepção de linguagem como processo de interação.

Junkes (1995, p. 14) faz uma análise da plurifuncionalidade dos sinais de pontuação do ponto de vista discursivo, tratando-os como integrantes da formulação do texto e associando-os à leitura e à compreensão do mesmo. Junkes (2002, p. 62) distingue três funções básicas da pontuação: sintática, semântica e atualizadora ou enunciativa.

Por sua vez, Orlandi (2001, p. 111) vê a pontuação como um vestígio de relação do texto como o discurso e do discurso com a memória. Nesse sentido, trata-se de um lembrete da memória para o sujeito, um mecanismo de espacialização dos sentidos na superfície do texto.

Em Villela (1998), procurei evidências a favor de que pontuar um texto é já lhe atribuir um sentido. Considero a pontuação um recurso gráfico cuja função é proceder à segmentação dos elementos constituintes da cadeia textual, com a

finalidade de contribuir para a produção de sentido. Já em Villela (2003) busco ampliar o conceito de pontuação considerando, em conjunto e de maneira sistemática, a presença/ausência dos sinais de pontuação e as relações indicadas pelos conectores pragmáticos. Em função desses recursos, avalio o tempo de processamento das informações marcado pelos vários sinais pontuação, com o objetivo de mostrar que a segmentação temporal e/ou a informação fornecida pelos conectores pragmáticos podem ser vistas como estratégias utilizadas pelo remetente para estabelecer uma maior interação com o destinatário. Vale ressaltar, ainda, que considero que a pausa é usada para efeito de processamento de informação, para repensar o que está sendo colocado no papel. Trata-se, portanto, de um conceito cognitivo e não relacionado à oralidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos gramaticais tradicionais não apontam para a possibilidade de se estudar os efeitos de sentido que a segmentação, mediada pelos dos sinais de pontuação, pode ter no funcionamento da linguagem, porque se limitam à sintaxe da frase. No quadro de uma noção da escrita como representação da fala, utilizada para estabelecer uma interação à distância, em uma instância de enunciação, defendo que o papel da pontuação é estabelecer a interação entre o enunciatador e o enunciatário, pois trata-se de uma marca de organização do texto escrito.

Abstract

This paper is a critical, theoretical and historical review of published studies about punctuation, in which I try to enlighten the hypotheses underlying the origins of each symbol and their evolution up to the printing era. Then, I present the results of a research on some well-known grammar books written after the 16th Century. Finally, I consider some recent studies on this subject.

Key words: Language; Writing; Punctuation; Segmentation; Interaction.

Referências

- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática metódica da língua portuguesa**. 32. ed. São Paulo: Saraiva, 1983.
- ATHANASIO, Nilda Catarina A.; POÇAS, Iria Müller. **A pontuação ao alcance de todos**. Lisa Livros Irradiantes. (s.d.)
- BELTRÃO, Odacir. **A pontuação hoje**. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1976.
- BERGO, Vittorio. **Compêndio de gramática expositiva**. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1952.
- BORGES, Maria Zélia. **Pontuação: análise de gramáticas, de textos e de permanência no discurso de autores de áreas diversas do conhecimento**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.
- BRANDÃO, Cláudio. **Sintaxe clássica portuguesa**. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1963.
- CHACON, Lourenço. **Ritmo da escrita: uma organização do heterogêneo da linguagem**. Tese de doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1996.
- CINTRA, Ulhoa; LEITE Marques. **Novo manual de redação e estilo**. 2. ed. refundida, aumentada e ilustrada. Rio de Janeiro: Editora Lux Ltda., 1953.
- CUNHA, Celso. **Gramática do português contemporâneo**. 2. ed. Belo Horizonte: Bernardo Álvares S/A, 1971.
- GOES, Carlos. **Ortografia, ditado, crase, pontuação**. 5. ed. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1942.
- HALLIDAY, M. A. K. **Spoken and written language**. 2. ed. England: Oxford University Press, 1990.
- HOUASSIS, Antônio. **Elementos de bibliografia**. v. 1. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1967.
- JUNKES, Terezinha Kuhn. **Trajetória da pontuação: da frase ao interdiscurso**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 1995.
- JUNKES, Terezinha Kuhn. **Pontuação: uma abordagem para a prática**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.
- KURY, Adriano da Gama. **Ortografia, pontuação, crase**. Rio de Janeiro: Fename, 1982.
- LUFT, C. P. **Moderna gramática brasileira**. 3. ed. Porto Alegre: Globo, 1979.
- MELO, Gladstone Chaves de. **Gramática fundamental de língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1970.
- MOISÉS, M. **Guia prático de redação**. 2. ed., revista e aumentada. São Paulo: Cultrix, 1967.
- NASCENTES, Antenor. Origem das Notações Léxicas e Sintáticas. In: AZEVEDO FILHO, Leodegário (Org.). **Estudos filológicos** (Homenagem a Serafim da Silva Neto). Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro Ltda., 1967.
- ORLANDI, Eni. P. Ponto final: interdiscurso, incompletude, textualização. **Discurso e texto**. Campinas: Pontes, 2001. p. 109-126.
- PASSOS, Alexandre. **Arte de pontuar (notações sintáticas)**. 4. ed. revista. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1955.

- POERSCH, José M.; MUNEROLI, Alda N. O. O leitor como intérprete das pistas que o escritor insere no texto: a leitura oral expressiva. In: *Revista Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 28, n. 4, p. 9-24, dez. 1993.
- RANGEL, Pascoal. Pontuação: uma análise estilística I". In: *Suplemento Literário*. Belo Horizonte, n. 886, 24/09, p. 6-7, 1983.
- RIBEIRO, Ernesto Carneiro. *Serões grammaticae ou Nova grammatica portuguesa*. 6. ed. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1955.
- RIBEIRO, João. *Gramática portuguesa*. Curso Superior. 22. ed. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1938.
- ROCHA, Iúta Lerche Vieira. O sistema de pontuação na escrita ocidental: uma retrospectiva". In: *D.E.L.T.A.*, v. 13, n. 1, p. 83-117, 1997.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 24. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1984.
- RODRIGUES, Bernardete Biasi. *Discrepâncias entre a pontuação e as pausas*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993.
- SAID ALI, Manuel. *Gramática secundária da língua portuguesa*. 8. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.
- SCLIAR-CABRAL, Leonor; RODRIGUES, B. Biasi. Discrepância entre a pontuação e as pausas. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, v. 26, jan./jun., p. 63-77, 1994.
- SMITH, Marisa M. A pontuação como ponto comum entre o leitor e o escritor. In: *Revista Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 28, n. 4, p. 53-94, dez. 1993.
- SOARES BARBOSA, Jeronymo. *Grammatica filosofica da língua portuguesa ou Princípios da grammatica geral aplicados à nossa linguagem*. 6. ed. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1875.
- TORRES, Artur de Almeida. *Moderna gramática expositiva da língua portuguesa*. 26. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- VILLELA, Ana Maria Nápoles. *Pontuação e interação*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: PUC Minas, 1998.
- VILLELA, Ana Maria Nápoles. *O caráter interacional da segmentação periódica de uma troca epistolar entre Mário de Andrade e Manuel Bandeira*. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: UFMG, 2003.